



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA
CURSO DE PEDAGOGIA**

GABRIELLA MARTINS PINTO

**TEMÁTICA INDÍGENA NAS ESCOLAS:
RACISMO, PRECONCEITO E SEU IMPACTO NA EDUCAÇÃO**

Miracema do Tocantins, TO

2022

Gabriella Martins Pinto

**Temática Indígena nas Escolas:
Racismo, preconceito e seu impacto na educação**

Monografia apresentada à Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus Universitário de Miracema para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Orientador: Professor Doutor Odilon Rodrigues de Moraes Neto.

Miracema do Tocantins, TO

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

P659t Pinto, Gabriella Martins.
Temática Indígena nas Escolas: racismo, preconceito e seu impacto na educação. / Gabriella Martins Pinto. – Miracema, TO, 2022.
31 f.
Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Miracema - Curso de Pedagogia, 2022.
Orientador: Odilon Rodrigues de Moraes Neto
1. Temática indígena. 2. Racismo e Preconceito. 3. Escola. 4. Diversidade cultural. I. Título

CDD 370

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

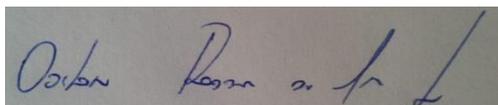
GABRIELLA MARTINS PINTO

TEMÁTICA INDÍGENA NAS ESCOLAS:
RACISMO, PRECONCEITO E SEU IMPACTO NA EDUCAÇÃO

Monografia apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Miracema, Curso de Pedagogia, foi avaliada para a obtenção do título de licenciatura e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela banca examinadora.

Data de Aprovação: 18/02/2022.

Banca Examinadora:



Prof. Dr. Odilon Rodrigues de Moraes Neto, Orientador, UFT



Prof^a. Dr^a. Layanna Giordana Bernardo Lima, Examinadora, UFT



Prof^a. Dr^a Rosemary Negreiros de Araújo, Examinadora Externa, UFT

“E por que eu não gostava de que me chamassem de índio? Por causa das ideias e imagens que essa palavra trazia. Chamar alguém de índio era classificá-lo como atrasado, selvagem e preguiçoso. E como já contei, eu era uma pessoa trabalhadora e ajudava meus pais e meus irmãos e isso era uma honra para mim. Mas uma honra que ninguém levava em consideração. Para meus colegas, só contava a minha aparência... e não o que eu era e fazia”

Daniel Munduruku

RESUMO

O presente trabalho monográfico visa analisar de forma crítica como é aplicada a temática indígena nas escolas com os não-indígenas e como se dá a sua aplicabilidade após a promulgação da lei 11.645/08. O interesse pelo assunto surgiu através de pesquisas sobre a temática indígena e como a história e a cultura desses povos originários vem sendo trabalhadas nas escolas. O problema que orientou a estruturação da pesquisa foi: O que mudou após Lei 11.645/08 ser implementada nos currículos escolares? O objetivo deste estudo é evidenciar os equívocos que são comumente repassados para os estudantes no cotidiano escolar. Para iniciar a abordagem conceitual deste estudo, realizou-se primeiramente um levantamento bibliográfico de pesquisas exploratórias acerca do tema escolhido, tendo como suporte teórico os pensamentos dos seguintes autores: Sá (2010), Cruz e Jesus (2013), Collet, Paladino; Russo e (2014), Bergamaschi e Zamboni, Miranda (2009); Pastana e Ferro (2017), que sinalizam a forma de como o ensino trata de forma pejorativa a cultura indígena nas escolas. Nesse sentido, propõe-se, assim, apresentar reflexões sobre como a temática indígena nas escolas vem sendo aplicadas de maneira racista e silenciadas através de (pré)conceitos estabelecidos numa sociedade que se baseia através da ausência de conhecimento sobre o assunto em questão.

Palavras-chave: Temática indígena. Escola. Racismo.

ABSTRACT

This monographic work aims to critically analyze how the indigenous theme is applied in schools with non-indigenous people and how its applicability happens after the enactment of law 11.645/08. The interest in the subject arose through research on the indigenous theme and how the history and culture of these native peoples have been worked on in schools. The problem that guided the structuring of the research was: What changed after Law 11.645/08 was implemented in school curricula? The objective of this study is to highlight the misconceptions that are commonly passed on to students in everyday school life. To begin the conceptual approach of this study, we first conducted a bibliographic survey of exploratory research on the chosen theme, with theoretical support the thoughts of the following authors: Sá (2010), Cruz and Jesus (2013), Collet, Paladino; Russo and (2014), Bergamaschi and Zamboni, Miranda (2009); Pastana and Ferro (2017), which indicate how teaching treats in a pejorative way the indigenous culture in schools. In this sense, we propose to present reflections on how the indigenous theme in schools has been applied in a racist way and silenced through (pre)concepts established in a society that is based on the absence of knowledge about the subject in question.

Keywords: Indigenous theme. School. Racism.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	O ENSINO SOBRE A TEMÁTICA INDÍGENA APÓS A PROMULGAÇÃO DA LEI 11.645/08.....	10
3	O QUE OS ALUNOS DO PRIMEIRO PERÍODO DE PEDAGOGIA APRENDERAM SOBRE A TEMÁTICA INDÍGENA APLICADA NAS ESCOLAS?.....	14
4	A ESCOLA COMO UM FATOR PRINCIPAL NA INCLUSÃO DA DIVERSIDADE CULTURAL.....	20
5	PLANO DE AULA.....	22
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	28
	REFERÊNCIAS.....	30

1 INTRODUÇÃO

Durante minha vida escolar no Ensino Público em Miracema do Tocantins nos anos de ensino infantil e ensino fundamental, pude observar que sempre teve o mesmo método de aprendizagem no qual aprendi. O modelo educacional abordado durante minha vida escolar é voltado ao modelo tradicional, tecnicista que submete aos estudantes a aprenderem de forma não participativa, somente com a transmissão e recepção de informações limitadas ao livro didático. No entanto, as dificuldades que ocasionalmente permeavam-me durante meu ingresso na Universidade e durante todo meu processo acadêmico, sucedeu-se até o presente momento deste trabalho. Aqui agora, procuro dividir minhas dificuldades para que possam compreender os objetos escolhidos para elaboração deste trabalho durante minha trajetória de Graduação em Pedagogia.

Para chegar no atual tema, *Temática indígena nas escolas: racismo, preconceito e seu impacto na educação*, tivemos que produzir um projeto de pesquisa não oficialmente, mas para direcionar o trabalho. Isso porque procurei meu atual orientador no final do semestre de 2021 já matriculada na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso - TCC. Como o tempo era curto, resolvi matricular-me novamente no semestre seguinte. Com isso, já no semestre em questão, após a primeira orientação, definimos a temática indígena e escolar que direcionaria na sua realização. Foi-me passado alguns textos para a leitura e o acompanhamento das aulas de Sociologia da Educação, no qual o professor Dr. Odilon Morais ministrava. Em seguida, com mais orientações, definimos a temática para então começarmos as pesquisas. Decidimos trabalhar um pouco sobre os principais equívocos que eram cometidos sobre os povos indígenas no meio educacional. Pois bem, foi realizado através de pesquisas bibliográficas que eram-me direcionados, investigações na internet, e durante as aulas do 1º Período de Pedagogia.

O tempo ia passando e, com algumas reuniões, as orientações passadas serviram de grande ajuda, pois conseguimos definir os capítulos para iniciar a produção. Porém, com outras disciplinas da faculdade e a demanda no meu serviço, faltava-me inspiração. Não conseguia escrever, pois estava desmotivada e cansada psicologicamente, fora os problemas pessoais que me prejudicaram na escrita. Fiquei um tempo sem conseguir escrever e o tempo continuava passando. Após outras

orientações, já ao final do período, com outras disciplinas pendentes, fui deixando o TCC de lado para dedicar nas apresentações dos seminários, nas provas e trabalhos. Decidi dedicar-me a realiza-lo em janeiro, durante as férias. Pois bem, consegui finalizar em um curto prazo, no qual definimos o tema.

Portanto, o presente Trabalho de Conclusão de Curso aborda de forma introdutória uma análise a respeito de como vem sendo aplicada a temática indígena nas escolas após a promulgação da Lei 11.645 sancionada no dia 10 de março de 2008.

Por meio das pesquisas realizadas, percebe-se que o estudo da história e cultura indígena nas escolas, torna-se essencial no processo de aprendizagem do aluno. Isso porque este conteúdo está inserido logo na primeira fase do Ensino fundamental, ou seja, o primeiro contato em que as crianças têm com a diversidade cultural, é nas series iniciais do Ensino fundamental 1 do 3º a 5º ano, e, de acordo com o PCN (1997), por meio deste estudo, esse contato com a diversidade permite que, as crianças sejam capazes de, aprender, identificar, conhecer, conviver e valorizar os grupos de uma sociedade compreendendo a realidade em que ela está inserida.

Por outro lado, ao observarmos as discussões a respeito da temática indígena adotadas nas instituições, é comum nos depararmos com uma abordagem que foge totalmente do contexto atual de vida dos povos indígenas e o seu papel na sociedade, que por sua vez, trata de forma preconceituosa com conceitos já estabelecidos no livro didático sobre uma imagem criada pelos setores dominantes sendo relacionada a uma representação aos tempos de colonização, como o índio original, puro, tornando-os atrasados e primitivos baseados nos valores da sociedade brasileira atual.

Dentro deste cenário deturpado sobre os povos indígenas, a pergunta que orientou a formulação desta pesquisa foi: O que mudou após Lei 11.645/08 ser implementada nos currículos escolares? Logo, a pesquisa utilizou o método de investigação qualitativa através de uma análise dos escritos dos estudantes do primeiro período de Pedagogia, no qual foi proposto pelo atual orientador desta pesquisa. A atividade proposta foi: o que foi ensinado sobre a temática indígena nas escolas durante o seu processo de aprendizado escolar? Partindo das respostas dados pelos discentes do primeiro período do curso de Pedagogia da Universidade

Federal do Tocantins, ao responder à pergunta proposta pelo professor da disciplina Sociologia da Educação, que nos serviu de material empírico para o presente trabalho, temos como objetivo externar para depois apontar alguns dos equívocos que são comumente repassados para os estudantes através de seus escritos diante da implementação da Lei 11.645/08.

O presente estudo faz uma análise descrevendo algumas características específicas sobre a forma como vem sendo trabalhada essa temática após a Lei nº 11.645 sancionada no dia 10 de março de 2008 que obriga o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena nos currículos escolares; evidenciar a forma como os povos indígenas são vistos nas escolas; abordar brevemente como a escola é importante no processo de inclusão da diversidade cultural; e, esquematizar por meio de sugestões didáticas, um plano de aula aplicando a temática indígena.

2 O ENSINO SOBRE A TEMÁTICA INDÍGENA APÓS A PROMULGAÇÃO DA LEI 11.645/08

O preconceito com os povos indígenas é um grande desafio a ser enfrentado na sociedade, tendo em vista que, em um contexto educacional, o profissional da educação deve ser capacitado para assim, não reproduzir de forma depreciativa a cultura de povos aborígenes¹.

Trabalhar com essa temática em sala de aula, implica uma série de questões que vão muito além do currículo ou da lei em si, principalmente em relação aos docentes e as suas concepções de ensino, suas relações com o tema e até com a formação inicial desses profissionais. (CRUZ E JESUS, 2013).

Sabendo da importância que o livro didático traz para o ensino e muitas vezes é o único instrumento de trabalho, a imagem retratada dos povos indígenas foge totalmente do contexto atual de sua vida, pois, em sua aplicabilidade, “a abordagem da figura do negro e do índio acontecem de forma pejorativa, quando não são invisibilizados, tanto de forma verbal quanto não verbal” (SÁ, 2010, p.16-17). Além da:

Superficialidade e descontextualização no tratamento da temática indígena, quase sempre reduzida a este período do ano (referia-se ao dia do índio) e a menção a características genéricas e traços isolados e folclorizados que não representam nenhum povo específico [...] a inclusão da temática indígena deve-se muito mais as iniciativas de professores de forma individual, do que uma preocupação da instituição escolar. (RUSSO, PALADINO, 2014).

Devido a necessidade de abordar com coerência a temática, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva aprovou em 10 de março de 2008, a Lei nº 11.645, que dispõe sobre o ensino obrigatório da história e cultura indígena e afro-brasileira nos currículos escolares. Esta lei é uma emenda à Lei nº 10.639 / 2003, que por sua vez alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação passando à aprendizagem obrigatória da história indígena e cultura em todas as escolas primárias e secundárias.

Por meio dessas duas leis, instituições educacionais, administradores e professores podem fornecer a si próprios diretrizes, princípios e bases para planejar

¹ *Dicionário Online de Português: Aborígenes* é o plural de aborígene. O mesmo que: aborígenes, autóctones, indígenas, nativos, naturais. Originário do país onde vive: planta aborígene. Os naturais de um país, por oposição àqueles que vieram de outro.

e implementar conteúdos afro-brasileiros e africanos em sala de aula. Após a promulgação da lei, durante o ensino, devem ser realizadas pesquisas sobre a temática, sendo comum o encontro de algumas questões culturais / históricas envolvendo os povos indígenas nas escolas. Incluir a temática indígena no espaço de formação dos alunos é uma forma de compreender e discutir os rumos da história do Brasil.

Porém, ainda sim, mesmo com a sua inclusão, e reconhecendo que a lei é uma conquista de muitos alunos africanos e indígenas, as disciplinas do currículo escolar, principalmente de História, muitas vezes não possuem um entendimento profundo da diversidade cultural, o que lhes traz mais “história branca”. E, um dos equívocos identificados é que, durante o ensino desta temática em sala, habitualmente encontra-se desatenção referente a sua nomenclatura, pois não é ensinado a origem de sua terminologia, tais como: *índios, povos indígenas e tribos*. O conceito índio, originou-se através de um equívoco ao “fato de os colonizadores europeus, em sua chegada ao continente americano, acharem que estavam na Índia e estenderem de forma genérica a denominação para todos os habitantes que encontraram vivendo nesse território” (COLLET; PALADINO; RUSSO, 2014, p.11).

Ainda referenciando Collet, Paladino e Russo (2014), lembrando como eram as suas vivências antes mesmo da chegada dos europeus, os habitantes nativos não tinham um nome para serem designados. Com isso, alguns povos possuem duas ou mais denominações, que são: “a autodenominação, ou seja, o modo como um grupo se chama ou se refere a si mesmo, e um nome que lhe foi dado por outros povos, em geral vizinhos, com base em certas características ou imagens que tinham a respeito dele” (IBIDEM, p.11). Em 1970, surge o movimento indígena com a pauta de “manter, aceitar e promover as denominações genéricas como forma de fortalecimento da identidade conjunta e de união na luta por direitos comuns.” (IBIDEM, p.12).

Assim como o termo índio, os indígenas receberam essa nomenclatura quando Colombo chegou a terra. Sua denominação se caracteriza com base no dicionário de língua portuguesa, nascido no país em que vive, especialmente falando dos povos que já habitavam um território não colonizado, portanto sua expressão é fixa até os dias atuais.

Na denominação de tribos, o termo é classificado como incorreto pelo fato de ser direcionado a povo ou etnia indígena, pois, a expressão refere-se ao nomadismo,

que não possuem habitação fixa. Posto isto, de acordo com as autoras, a nomenclatura não se torna adequada para todas as formas de organização política indígena.

A concentração das aulas nos livros didáticos é outro problema descoberto, pois o livro didático é o principal material de apoio utilizado pelos professores. Que por sua vez, as questões que são abordadas no livro, é a de uma imagem criada pelos setores dominantes sobre os povos indígenas e o seu papel na sociedade. Sua imagem quando é falada, é relacionada a uma representação aos tempos de colonização antiga, qual seja, o índio original, puro, que compartilham da mesma cultura, que são todos iguais, que possuem a mesma crença, tornando-os atrasados e primitivos baseados nos valores da sociedade brasileira atual.

Em outras palavras, quase não houve mudança após a lei. Isso porque embora existam alguns documentos de orientação e recomendações para a escola, o processo não é monitorado. Outro fator que dificulta o trabalho com o tema é a falta de compreensão da cultura indígena por parte de alguns professores (ALMEIDA, 2010, p.5). De acordo com Miranda; Pastana e Ferro (2017) em uma pesquisa realizada por Zamboni e Bergamaschi (2009) nos livros didáticos adotados na primeira metade do século XX, mostram que esses conceitos que dominam os manuais escolares, são marcados pela visão da literatura romântica do século XIX, o que mostra que eles não só representam heróis, como também são idealizados como vítimas condenados à extinção de sua cultura para poder viver como um '*índio civilizado*' ao morar na cidade. Derivados desses conceitos, eles são dominantes nos livros didáticos de história, que tratam os povos indígenas como representantes do passado, aparecendo apenas como os primeiros habitantes do Brasil, e esses conceitos são responsáveis pela formação de muitas gerações de escolas que são comumente reproduzidos pelo professor.

Ao analisar os conteúdos programáticos mencionados no artigo citado na Lei 11.645 / 08, que por sua vez promoveu pesquisas sobre a existência da diversidade cultural de negros e indígenas nos currículos escolares, muitas escolas ainda tem um cuidado de valorizar a cultura indígena, porém, boa partes destas instituições ainda só utilizam um dia como forma de homenagem nos feriados como o "dia do Índio", mas é possível estudar e compreender algumas redefinições e avaliações culturais das matrizes africanas e indígenas que constituem a diversidade cultural do Brasil ao

longo da vida escolar. A Lei traz para as escolas um gancho de possibilidades que antes suprimidas ou até mesmo ignoradas pela comunidade escolar, após a sua promulgação, com uma boa reformulação na didática sobre a temática indígena podem ser aprofundadas a partir das orientações estabelecidas no PCN de História de 1997, que estabelece uma leitura e compreensão da sua realidade, fazendo com que os alunos se posicionem, além de fazer escolhas e agir criteriosamente. A PCN (1997) propõe que os alunos sejam capazes de:

- Identificar o próprio grupo de convívio e as relações que estabelecem com outros tempos e espaços;
- Organizar alguns repertórios histórico-culturais que lhes permitam localizar acontecimentos numa multiplicidade de tempo, de modo a formular explicações para algumas questões do presente e do passado;
- Conhecer e respeitar o modo de vida de diferentes grupos sociais, em diversos tempos e espaços, em suas manifestações culturais, econômicas, políticas e sociais, reconhecendo semelhanças e diferenças entre eles;
- Reconhecer mudanças e permanências nas vivências humanas, presentes na sua realidade e em outras comunidades, próximas ou distantes no tempo e no espaço;
- Questionar sua realidade, identificando alguns de seus problemas e refletindo sobre algumas de suas possíveis soluções, reconhecendo formas de atuação política institucionais e organizações coletivas da sociedade civil;
- Valorizar o patrimônio sociocultural e respeitar a diversidade, reconhecendo-a como um direito dos povos e indivíduos e como um elemento de fortalecimento da democracia. (PCN, 1997, p. 33)

Esta lei junto com o material didático é para o reconhecimento da diversidade na sociedade brasileira. As escolas precisam construir relacionamentos pessoais mais positivos para o respeito cultural em vez de tolerância, construir relacionamentos pessoais para as diferenças, fortalecer a identidade e permitir a compreensão e o reconhecimento da importância da cultura africana, brasileira e indígena na formação da cultura afro-brasileira. Bem, torna-se importante o estudo para entender-se a história, como ela é vista de acordo com trajetória dos povos e para onde pode-se ir.

3 O QUE OS ALUNOS DO PRIMEIRO PERÍODO DE PEDAGOGIA APRENDERAM SOBRE A TEMÁTICA INDÍGENA APLICADA NAS ESCOLAS?

Pensando nessas imagens que os alunos associam aos indígenas, foi feita uma pesquisa descritiva em uma atividade realizada pelos acadêmicos do primeiro período de Pedagogia no campus de Miracema, TO, com a temática: “*O que foi ensinado nas escolas sobre os povos indígenas?*”. Os alunos produziram um texto relatando suas experiências e como foi trabalhada a temática em sala. As respostas não surpreenderam, pois, as aulas permanecem inseridas com as mesmas metodologias aplicada há anos atrás.

Vários dos alunos que tiveram contato com povos autóctones², deixaram em evidência o seu descontentamento no quesito de informações que são reproduzidas em sala. Deixam explícito que essas ideias equivocadas fazem parte do universo escolar através de atividades abordadas pelos professores, levando-os a questionarem-se sobre a exclusão da temática que tem se perpetuado pelos docentes através de um projeto político deliberado de propagação de ideias racistas, fazendo com que as crianças cresçam e aprendam a discriminar, a propagar ideias deturpadas a respeito dos indígenas.

Em 19 de abril, o Dia da Índio ou Dia dos Povos Indígenas é comemorado no Brasil e em vários países do continente americano, o qual foi instituído por decreto executivo de 1943, pelo presidente da Era Getúlio. Tem-se apontando que, em muitas escolas, ao se comemorar o Dia do Índio, é praticamente idêntico ao que se ensinava décadas atrás. As crianças fazem atividades como pinturas no rosto, confecção de cocares de penas coloridas, cantam "uh-uh-uh" e danças em círculos, além de atividades infantis com a temática, “ligue o indiozinho à sua oca”, ou “conte quantos indiozinhos estão na canoa”. Essa demonstração de acordo com Russo e Paladi (2016) apontam:

Não só a superficialidade com que a história e a cultura dos mais de trezentos povos indígenas existentes no país são reduzidas no cotidiano escolar, mas também a forma limitada e pontual com que são abordadas: geralmente a

² *Dicionário Online de Português*: Que é natural da região ou do território em que habita; nativo. Originário do país em que habita; país cujos ancestrais sempre habitaram: os berberes são populações autóctones da África do Norte.

temática indígena não ultrapassa a segunda semana do mês de abril dentro do projeto pedagógico escolar. (RUSSO E PALADI, 2016, p. 899)

Uma dessas experiências vividas por alguns dos alunos, relatam que o seu primeiro contato com a temática indígena no decorrer do seu ensino básico, foi através da música “Brincar de Índio” da Xuxa conseqüentemente no “*Dia do Índio*”. Os alunos produziam fantasias e “imitávamos a cultura e movimentos como se fossemos índios”, diz a Aluna A. Conta ainda que:

Erroneamente foi me passado pela Prof.^a de História que os portugueses descobriram o Brasil, que os índios eram preguiçosos e tinham dificuldade para trabalhar e que por causa desta preguiça, muitos morreram por não conseguirem se adaptar aos trabalhos que lhe eram impostos. (Aluna A)

Isso mostra que os povos indígenas sofrem e vêm sofrendo racismo desde a chegada dos europeus ao continente. E isso vem sendo passado pelos próprios docentes nas escolas, local onde precisamos incluir a diversidade cultural e compreender que “é através da escola que vão entender quem é o índio” (MILANEZ, F. et al, 2019 p. 2175), disse Paulo Marubo, originário do Vale do Javari, na tríplice fronteira do Brasil, Peru e Colômbia. Uma questão estrutural que vem sendo reproduzida não só nas escolas, mas na sociedade, onde a Aluna B comenta sobre a sua percepção a imagem dos indígenas,

Quando era criança, eu imaginava que os índios eram um povo totalmente diferente, achava que eles eram selvagens e não seres humanos como a gente. Mas, por que esse pensamento? Isso se deu devido à falta de informação sobre essa comunidade nas escolas. (Aluna B)

Tal imagem só fomenta na ideia racista sobre a falta de conhecimento da sociedade. Falar em racismo contra os povos indígenas significa a integração de várias práticas e discursos, cujo elemento comum é a violência estrutural. MENDES, (2021) menciona o indígena Baré, na qual ele relata a sua experiência na luta contra o racismo estrutural:

Na universidade nós somos invisibilizados, nos movimentos sociais nós somos invisibilizados, em tudo nós somos invisibilizados. Mas eu percebi que isso é uma construção histórica [...] eu luto para desconstruir, que eu acabei chamando de uma noção que se chama ‘o discurso ideológico do colonizador escravista’, que é esse discurso que introjetou no inconsciente coletivo da nação que o brasileiro é degenerado, que a miscigenação não é boa, que só fez ruim, que fez um povo ruim. (Baré)

Além de repetir ideias desatualizadas, a maioria das escolas e da sociedade apresentam desenhos infantis que idealizam o guerreiro nativo, carregando um arco e fazendo com que os alunos ignorem os povos indígenas contemporâneos, a imagem que a educação escolar ajuda a manter é a dos povos indígenas do passado. Segundo Bonin (2008):

Esse índio, objeto de conhecimento e celebração num espaço delimitado nos calendários escolares, é quase sempre amalgamado à natureza e reconhecido por atributos como alegria, ingenuidade, liberdade. Um efeito dessas representações é o estranhamento que nos causa o encontro com indígenas em contextos urbanos, participando de atividades comerciais, ou em noticiários que deixam ver, de relance e de modo fugaz, a situação de miséria e violência a que estão submetidos muitos povos indígenas na atualidade brasileira. (BONIN, 2008, p. 318):

Nas escolas, por mais que hajam conteúdos voltados ao assunto, são de maneira rasa e superficial por meio do livro didático. Na qual, Pinheiro e Nascimento (2016, p.76) declaram que, os livros têm as figuras dos indígenas sempre sendo representados no passado, que “pintavam o corpo”, “enfeitavam-se”, “usavam fogo”, etc. Uma prática utilizada somente no pretérito, como se qualquer mudança de transformação em sua imagem ou o seu modo de vida hoje, causassem julgamentos do que se é, do que foi, e do que há de ser.

Outro exemplo da Aluna C, nos mostra a sua experiência através de eventos realizados nas escolas como consciência negra e o dia do Índio. Ela retrata também que os conteúdos foram insuficientes e superficiais, e tudo que ela sabia na época sobre os povos indígenas, era por meio do livro didático:

Tudo o que eu sei sobre as comunidades indígenas foi construído com base em livros didáticos de história. Abordando conteúdos como: Brasil colonial, trabalho escravo e catequização dos índios pelos europeus. Ou seja, conteúdos que não revelam a organização cultural desses povos, em vez disso, retratam apenas a exploração e a desvalorização desses indivíduos frente a cultura europeia que até a conjuntura atual se mantem como ideal. [...] portanto, obtenho conhecimentos superficiais a respeito da vasta organização intelectual e cultural indígena. Desse modo, o preconceito e o racismo que a sociedade tem contra esses povos os exclui do corpo social e de seus direitos básicos. Além disso, as opiniões preconceituosas impedem que as novas gerações conheçam a história dos originários e sua importância para o nosso país. (Aluna C)

A análise desta aluna, demonstra a sua insatisfação com o ensino, além de relatar o seu descontentamento com a sociedade que inviabiliza a cultura indígena desprovido-os de seus direitos como a sua identidade.

Estamos perante um tipo especial de racismo, ou seja, o racismo silencioso, que se esconde sob a garantia da universalidade e da igualdade da lei, e começa a entrar no jogo da discriminação. Existem diferentes situações para cada tipo de grupo ou indivíduo. Até certo ponto, os temas culturais indígenas e africanos sempre apareceram como conteúdo escolar, e esses conteúdos precisam ser vistos de forma mais crítica. A construção do respeito escolar pelo ambiente em que vive pode fortalecer a convivência democrática entre os diferentes grupos e despertar o interesse e o apreço pelas diferentes formas de expressão cultural. Um índio, como qualquer outra pessoa, estabeleceu sua própria identidade cultural com base na comunidade em que vive desde o momento em que nasceu. Muitas culturas são passadas de pai para filho, e esse histórico é de grande valor. Os povos indígenas têm o direito de manter sua identidade indígena e manter sua cultura sem violar os direitos humanos.

Na fala da entrevistada de Kum Tum Akroá Gamela, o racismo estabelecido pelo Estado:

[...] negou a nossa existência, mas nós continuamos existindo, e todo dia a gente tem que provar que existe. Tem que provar ao Estado brasileiro que a gente existe, tem que provar à Universidade, tem que explicar que a gente existe. Os cartórios se negam a registrar nossas crianças como indígenas, dizendo que só podem ser registradas como "pardas": essa é uma forma violenta de racismo. Uma forma de intimidação que está ligada à questão da terra: ao aceitar que uma criança carregue a identidade de indígena, o Estado está aceitando que essa criança tenha direito à terra. Os cartórios sacaram isso. (MILANEZ, F. et al, p. 2172, 2019)

Falar em racismo contra os povos indígenas significa a integração de várias práticas e discursos, cujo elemento comum é a violência estrutural, que marca o cotidiano dos povos indígenas no Brasil. Devemos entender que, se não contarmos com a existência e voz desses temas racializados, é impossível discutir o racismo.

Por outro lado, através da observação do Aluno B, que destaca a importância de ser trabalhada nas escolas atividades e discussões específicas, indica situações em que o professor pouco aborda e que os momentos não foram bem aproveitados, trazendo a seguinte afirmação:

Senti que faltou nas aulas do ensino médio conteúdo voltados para os povos Indígenas do Tocantins, embora onde moro é próximo de Apinajé, que habitam próximo ao município de Tocantinópolis distribuídos em 7 aldeias e em Xambioá com os povos Indígenas Karajá situada às margens do rio

Araguaia Tocantins, esses povos indígenas próximos da nossa região, não tivemos nada de informações sobre suas culturas, costumes, saberes e línguas. (Aluno B)

Isso mostra que, nas proximidades nas reservas indígenas e também as cidades que tem contato com os povos indígenas, são poucas as escolas que exploram a cultura, é o exemplo do Aluno C, que pontou:

No início do meu estudo, fiz o meu ensino fundamental na cidade de Tocantínia TO, durante esse pequeno período do 1º ano até o 3º ano do fundamental fui introduzido inicialmente na cultura indígena. Mas quando eu fui para o estado do Pará, morei lá durante seis anos, na escola em que eu estudei não tive praticamente nenhum contato com a cultura, nem no dia do índio, nem sabia que tinha tribos indígenas no estado do Pará, fiquei sabendo quando cheguei em Tocantínia. Quando retornei para Tocantínia estava no 8º ano continuei a aprender mais sobre a cultura com a convivência com os índios pelo fato de que a cidade é rodeada por aldeias, e também na escola com programações como os tipos de esportes praticados nas aldeias, as diferenças de cada tipo de tribo indígena as músicas, danças, as pinturas, o tipo de vestimenta, o comportamento e outros mais. (Aluno C)

Há também falas de um dos alunos que, em sua passagem escolar haviam professores não indígenas que tratavam da temática de forma respeitosa. Isso mostra o esforço de alguns dos professores de buscarem conhecimento e buscarem formação continuada e de ter uma sensibilidade de destacar a importância do ensino da história e cultura dos povos indígenas.

É o exemplo do Aluno D da etnia Xerente, durante a sua passagem nas escolas da aldeia, ele relata como foi dado o seu ensino:

Na escola da educação básica são compostas das duas disciplinas, e que são ensinadas teoricamente, como: Língua indígena, e saberes indígenas. E nelas se ensinam a leitura e a escrita da língua "akwe" materna e os conhecimentos da cultura através de história. Nas duas disciplinas aprendi algumas histórias do meu povo Xerente, e as divisões das organizações dos povos " Xerente" Akwe, reforcei alguns conhecimentos como somos organizados, socialmente. As práticas das festas culturais, as divisões clânicas e as realização das cerimônias como casamento, e pós funeral, e também como vivia os antepassados através da caça e pescas. Isso vem construindo desde ensinados na sala de aula e como vem a história desde dos antepassados, que foram escritos. Aprendi ainda que a nossa terra foi demarcada pela FUNAI e que víamos de Goiás até chegando aqui, e assim agora foi crescendo o povo " Xerente " akwe. Durante o estudo na educação básica, se abriu a retrospecto da história da cultura do povo "Xerente "e o caminho foi envolvendo as duas disciplinas, e como insistiu todos indígenas para viver socialmente, que a terra está demarcada para todo Brasil. Portanto a história do povo "Xerente" foi citado na educação básico para construir a realidade no que aconteceu e os que foram os antepassados como os mais velhos que ainda realiza alguma história nas escolas indígenas, para defender a suas histórias e origem, tradições que eles não deixam de ensinar.

Que cada etnia indígena tem sua identidade e meio de nós como Xerente foi que educação básica realizou essas histórias. (Aluno D)

É importante destacar que, muitas das escolas que abordam a história/cultura dos povos indígenas, são escolas indígenas.

Embora a Lei nº 11.645/08 constitua um avanço do ensino sobre os indígenas, o currículo escolar ignora as matrizes culturais dos povos indígenas, perpetuando o papel da desvalorização e repetição negativa de sua imagem. Só no Brasil, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (censo 2012) a população indígena é estimada em 896.900 mil indivíduos e 305 etnias indígenas e 170 línguas, porém, com a escassez de informação e o seu contato com o homem branco, muitas tribos perderam sua identidade cultural.

Após a aplicação dessa atividade, muitos alunos afirmaram que a forma como eram expressados sobre os povos indígenas na escola, faziam referência ao senso comum, isso se dava por meio de conceitos preconcebidos sobre o que aprenderam a respeito dos povos indígenas. E hoje, os mesmos estereótipos ainda estão reaparecendo. Outro aspecto interessante é a própria palavra índio. Frequentemente os alunos reproduziram em seus escritos de maneira incorreta para se referir aos povos indígenas, e nem se quer sabem do contexto por trás desta nomenclatura. Como toda a pesquisa evidencia, os professores devem trabalhar duro para superar essa visão, não apenas para os alunos, mas também para eles próprios.

4 A ESCOLA COMO UM FATOR PRINCIPAL NA INCLUSÃO DA DIVERSIDADE CULTURAL

A escola é um local privilegiado que responde por uma parte significativa da formação do sujeito por meio das interações sociais que ali se desenvolvem, influenciam a compreensão que as pessoas terão de si mesmos e dos outros membros da sociedade.

De acordo com Paz (2018, p. 7), a diversidade cultural não deve se dividir ou apenas identificar diferentes grupos culturais dentro da sociedade brasileira, mas sim, deve reconhecer e valorizar as diversas formas de expressão, que, embora apresentem individualidades a respeito do seu modo de vida, juntos compõem uma identidade nacional. A autora ainda expõe que, os conteúdos voltados a temática apresentados nas escolas, precisam adaptar-se à realidade e necessidades dos alunos. Nesta perspectiva, a escola tem a função de apresentar a diversidade permitindo ao educando apropriar-se dos bens culturais produzidos pela sociedade.

Por mais que a temática indígena e africana estivessem incluídas nos currículos escolares, estes conteúdos precisam ser vistos com olhar mais crítico, proporcionando um ambiente de respeito e valorização na escola, local que deve evidenciar a cultura indígena, fortalecendo o convívio entre os distintos grupos em suas formações de expressões culturais (Ibidem, p. 8). Os aborígenes como qualquer outra pessoa, a partir do momento em que nasce já passa a construir sua identidade cultural de acordo com a comunidade onde vivem. Muitas culturas vão passando de pai para filho e essa bagagem é rica em valores.

A escola precisa (re)avaliar suas práticas pedagógicas além de atentar-se as ilustrações que o livro didático retrata. Pois, o impacto que a má representação da história e cultura indígena vem sendo reproduzida nas escolas, podem influenciar os estudantes a pensarem e se comportarem de uma determinada maneira racista, contribuindo com um gama de estereótipos em massa de uma sociedade que se baseia em um padrão estabelecido por um sistema que propaga ideias deturpadas de um senso comum justificados através da ausência de conhecimento sobre o assunto em questão.

Em contrapartida, a Legislação Brasileira impõe o reconhecimento dos direitos étnicos e culturais e a incorporação da cultura indígena nos currículos escolares,

afinal, “ninguém nasce feito. Vamos nos fazendo aos poucos, na prática social de que tornamos parte” (FREIRE, Paulo, 1993, p.40), e é nessa perspectiva que entende-se que a criança conhece e aprende a diversidade do mundo pelo modo em que vive e por quem a rodeia. Ninguém nasce com preconceito, e, através do conhecimento que acontece a desconstrução de estereótipos e (pré)conceitos do senso comum construídos que se perpetuam no imaginário popular em relação principalmente, aos negros e indígenas.

5 PLANO DE AULA

Entendendo que a escola é uma instituição de grande importância na inclusão da temática indígena para a desconstrução de ideias equivocadas, propõe-se abaixo, uma sugestão de um plano de aula semanal para ser trabalhado com os alunos com conteúdo sobre a diversidade cultural como dita a BNCC, com atividades que discutem o preconceito retratado nas escolas. O plano foi construído baseados nos equívocos mais comuns enfrentados nas escolas, precisamente, “Quebrando preconceitos: subsídios para o ensino das culturas e histórias dos povos indígenas” propostos pelas autoras Collet; Paladino e Russo, (2014):

<p>PLANO DE AULA SEMANAL - 2021 TEMA: REGIONALIDADE, CULTURA, DIVERSIDADE, RESPEITO COMPONENTE CURRICULAR: HISTÓRIA, GEOGRAFIA ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS – 04° ano</p>
<p>OBJETIVO</p>
<p>Compreender o "Eu", o "Outro" nos diferentes grupos sociais e étnicos que compõem uma sociedade para que obtenha uma percepção do “Nós”.</p>
<p>PLANEJAMENTO</p>
<p>HABILIDADES DA BNCC</p>
<ul style="list-style-type: none"> • (EF03HI03): Identificar e comparar pontos de vista em relação a eventos significativos do local em que vive, aspectos relacionados a condições sociais e à presença de diferentes grupos sociais e culturais, com especial destaque para as culturas africanas, indígenas e de migrantes. • (EI01EO01): Perceber que suas ações têm efeitos nas outras crianças e nos adultos.

- (EF03HI07): Identificar semelhanças e diferenças existentes entre comunidades de sua cidade ou região, e descrever o papel dos diferentes grupos sociais que as formam.
- (EF03HI05): Identificar os marcos históricos do lugar em que vive e compreender seus significados.
- (EF05HI03): Analisar o papel das culturas e das religiões na composição identitária dos povos antigos, respeitando as diferenças.
- (EI03EF06) Produzir suas próprias histórias orais e escritas (escrita espontânea), em situações com função social significativa.

CAMPOS DE EXPERIÊNCIA

- Eu, o outro e o nós;
- Escuta, fala, pensando e imaginação;
- Corpo, gestos e movimentos;
- Traços, sons, cores e formas;

METODOLOGIA / ESTRATÉGIAS

SEGUNDA-FEIRA:

Valorização da identidade indígena.

Para que seja possível um reconhecimento da identidade indígena sem contribuir com mais estereótipos ditos numa sociedade, propõe-se uma pesquisa feita pelo professor, selecionando várias fotografias infantis de várias etnias indígenas da região, estado ou do país. Conforme o professor for apresentando as imagens para os estudantes, sejam elas por meio de slide ou impressões das fotos, serão feitas perguntas como:

- A que povo pertence?
- Qual região essa criança pertence?
- Quais são as principais características desta etnia?

Ao expor as fotos, o professor deve respondê-las e orientá-los a escreverem no quadro as características de cada etnia por meio das perguntas feitas acima. Outra proposta é recolher as imagens para a elaboração de um mural com toda a turma. Será feita uma dinâmica para a realização desta atividade, que sugere o recolhimento das imagens para depois os alunos relacionarem com as características descritas no quadro com as fotos. Após isso, será feita as colagens no mural representativo acrescentando as características de cada etnia (será escrita pelos alunos).

Collet; Paladino e Russo (2014) indicaram alguns links com imagens diretamente das páginas de organizações indigenistas, como:

- Instituto Socioambiental (www.isa.org.br);
- Vídeo nas Aldeias (www.videonasaldeias.org.br);
- Oca Digital (<http://www.ocadigital.art.br>);
- No site Indioeduca (www.indioeduca.org.br);
- Galeria de fotos da Fundação Nacional do Índio (<http://www.funai.gov.br/>).

Avaliação:

A avaliação será feita por meio da observação do responsável pela atividade por meio do mural de colagens. O professor também irá analisar se as crianças acertaram nas características de cada etnia.

TERÇA-FEIRA:

Conhecendo as brincadeiras de herança indígena.

A proposta desta atividade é despertar o sentimento de coletividade, companheirismo, cooperação entres os alunos, além do conhecimento da cultura indígena por meio da confecção de brinquedos indígenas. O professor deve selecionar algumas imagens de crianças brincando e imprimi-las.

Para conseguir informações e imagens que remetam a povos específicos, consultar a enciclopédia virtual Povos indígenas mirim, do Instituto

Socioambiental. Informações básicas sobre cada um dos povos podem ser encontradas na página: <http://pibmirim.socioambiental.org/avatares>. (COLLET; PALADINO E RUSSO, 2014, p. 46)

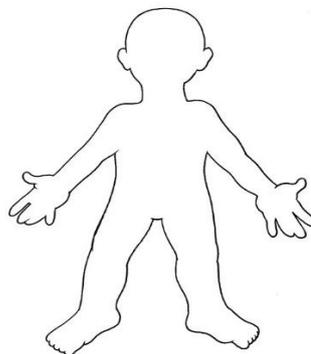
Ao selecionar as imagens, o responsável deve explicar como as crianças indígenas constroem seus próprios brinquedos e propor para os estudantes a confecção de alguns deles e selecionar os materiais para e criá-los juntos. Exemplos das brincadeiras: maracá, peteca, bilboquê e arco e flecha em miniatura. Após isso, o professor pode preconizar um momento de lazer no pátio da escola para que as crianças brinquem com suas próprias produções.

AVALIAÇÃO: serão analisados o empenho de cada aluno para a confecção do material e a participação nas brincadeiras.

QUARTA-FEIRA:

A proposta desta atividade é fazer com que as crianças não indígenas conheçam um pouco da arte indígena através das pinturas corporais. Esta atividade sugere a elaboração de uma pintura sobre a figura ilustrativa como mostra na imagem abaixo:

Imagem 1



Fonte: (Alexandra, 2010)

O professor deve mediar a aula mostrando para as crianças pinturas corporais usadas pelos povos indígenas impressas e colá-las no quadro. Deve-se especificar seus significados e quais ocasiões são usadas.

É igualmente importante descobrir os materiais que eles utilizam para produzir as tintas. Levar para a sala de aula jenipapo, urucum e outros materiais naturais usados na fabricação das tintas. Caso não se consiga encontrá-los, utilizar outros mais acessíveis, como beterraba, cenoura e carvão, ou que, macerados e misturados com água, possam ser utilizados na criação de desenhos e gravuras significativos para as crianças. (COLLET; PALADINO E RUSSO, 2014, p. 47)

O docente deverá imprimir (imagem 1) de acordo com a quantidade de crianças, colá-las em um papel pardo e colocá-los ao chão para que comecem as pinturas. É importante que o professor explique cada imagem impressa das crianças indígenas coladas ao quadro, para que as crianças reproduzam e assinem abaixo da (imagem 1) no papel pardo, a etnia escolhida. Após isso, o material será exposto na parede da sala para apreciação de todos.

AValiação: Será avaliada as pinturas relacionadas as etnias e a participação dos alunos.

QUINTA-FEIRA:

A ideia é fazer uma pesquisa na biblioteca da escola com as crianças verificando se há livros que retratam um pouco sobre os povos indígenas. Caso não haja livros infantis sobre o tema, o professor deve buscar em outras bibliotecas da cidade ou por meio de um *Datashow*, ilustrar um livro infantil em PDF. Exemplos de livros que retratam a temática indígena:

- *Aldeias, Palavras e Mundos Indígenas* (2019), de Valéria Macedo (texto) e Mariana Massarani (ilustrações);
- *O menino levado ao céu pela andorinha* (2013), de Sergio Capparelli (texto) e Eduardo Uchôa (ilustrações);
- *Coisas de Índio - Versão Infantil* (2019), por Daniel Munduruku;
- ***Um Dia na Aldeia* (2012), por Daniel Munduruku.**

A ideia é proporcionar um momento de descontração por meio de leituras que enfatizam a literatura indígena para que as crianças possam reconhecer várias representações livres de preconceitos identitários e interpretações estereotipadas.

SEXTA-FEIRA:

Nesta última atividade, o professor deverá escrever algumas questões para serem respondidas pelas crianças a respeito da temática indígena que foi abordada durante a semana. Os alunos deverão responder algumas perguntas como:

- Quem são os povos indígenas?
- Qual etnia chamou mais atenção?
- Porque é importante a valorização da identidade indígena?
- Quais das brincadeiras produzidas já conheciam?
- Quais das brincadeiras você mais gostou?
- O que gostaria de aprender sobre a cultura indígena?

Após a produção textual, todos os alunos deverão ler seus escritos para a turma.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho pretendeu abordar de forma introdutória como tem sido aplicada a temática indígena nas escolas. O estudo teve como ponto de partida o material escrito por discentes do primeiro período do curso de Pedagogia do campus de Miracema do Tocantins, na disciplina de “Sociologia da Educação”, que propunha relatos do que aprenderam durante na educação básica sobre a história e cultura dos povos indígenas.

Para atingir uma compreensão da realidade em que vivemos relacionando-os com a temática aplicada nesta pesquisa, foram apontados alguns dos equívocos reproduzidos nas escolas sobre a imagem dos povos indígenas. Definiu-se então três objetivos específicos. O primeiro destacou como vem sendo trabalhada essa temática após a Lei nº 11.645 sancionada no dia 10 de março de 2008. Foi analisado que mesmo após a sua publicação, as aulas continuam abordando os mesmos conteúdos de anos atrás, conteúdos que possuem um baixo entendimento sobre diversidade cultural, trazendo mais “história branca”. O segundo evidenciou a forma como os povos indígenas são vistos nas escolas, por meio das atividades realizadas pelos estudantes, que permitiu uma visão mais clara e concreta sobre as experiências vividas pelos próprios alunos mostrando o descaso das instituições em abordar a temática indígena. O terceiro objetivo buscou abordar como a escola é importante no processo de inclusão da diversidade cultural, que, fortaleceu a ideia de que a má representação da história e cultura indígena nas escolas podem influenciar os estudantes a pensarem e se comportarem de uma determinada maneira racista. Já no quarto objetivo, foi esquematizado por meio de sugestões didáticas, um plano de aula aplicando a temática indígena nas escolas, que busca contribuir de uma forma mais significativa a cultura indígena, evidenciando-a de uma forma lúdica para o ambiente escolar.

Com isso, baseado nas respostas dos estudantes, mesmo com a falta de conteúdos no ensino fundamental 1 que abordam mais sobre a diversidade cultural, o professor pode buscar maneiras de mudar essa perspectiva vista e reproduzida por meio de um sistema racista, através de jogos, brincadeiras, música, dança sobre a cultura em questão. As afirmações coletadas através dos relatos dos estudantes, permitiram uma observação de um outro ponto de vista, ou seja, um olhar mais crítico

dos estudantes que foram prejudicados pela falta de ensino, fizera-los reconhecer a importância que este conteúdo trás para a sua formação pessoal, visto que, estudar a diversidade cultural logo na primeira fase do ensino fundamental, permite que as crianças sejam capazes de valorizar os grupos de uma sociedade, fortalecendo uma identidade além de permitir a compreensão e o reconhecimento da importância da cultura seja ela africana, brasileira ou indígena

Refletindo através dessas afirmações, em pesquisas futuras, este trabalho fornece algumas opções no que diz respeito a continuidade do assunto pretendendo abordar sobre a visão dos professores através da aplicabilidade da temática indígena, uma pesquisa com os próprios estudantes do ensino fundamental 1 onde eles mostrariam o que aprenderam sobre os povos indígenas, aplicar o plano de aula descrito nesta pesquisa com esses alunos, e, criar projetos sociais, feiras, com ajuda dos professores permitindo a inclusão da diversidade nas escolas.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRA, Patricia. **Corpo Humano II**. Atividades para as Crianças. 2010. Disponível em: <<http://atividadesparacrianas.blogspot.com/2010/02/corpo-humano.html>>. Acesso em: 03/02/2022.

BERGAMASCHI, Maria A. e GOMES, Luana B. **A temática indígena na escola: ensaios de educação intercultural**. Rio Grande do Sul, Currículo sem Fronteiras, v.12, n.1, pp. 53-69, Jan/Abr 2012

BONIN, Iara Tatiana. Com quais palavras se narra a vida indígena na literatura infanto-juvenil que chega às escolas? In: SILVEIRA, Rosa Hessel (Org.). **Estudos culturais para professor@s**. Canoas: Editora da Ulbra, 2008.

BRASIL. **Lei 10.639/2003, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.

BRASIL. **Lei 11.645/08 de 10 de Março de 2008**. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.

BRASIL. Ministério da Educação. **“Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana”**. Novembro de 2009.

CARDOSO, Andreisa. **A lei nº 11.645/08: programa de índio?** PetPedagogia - Faculdade de Educação – FAGED, 1 de julho de 2015. Disponível em: <<http://petpedagogia.ufba.br/lei-no-1164508-programa-de-indio>> Acesso em: 02/10/2021

COLLET, Célia. **Quebrando preconceitos: subsídios para o ensino das culturas e histórias dos povos indígenas**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria; Laced, 2014. 110p.: il. (Série Traçados, v. 3)

CRUZ, C. S. JESUS, S. S. **Lei 11.645/08: a escola nas relações étnicas e culturais e o ensino de história** – algumas reflexões sobre essa temática no PIBID. XXVII simpósio Nacional de História, conhecimento histórico e diálogo social. ANPUH. Natal – RN. 2013.

FREIRE, Paulo. (1993). **Política e Educação**. São Paulo: Cortez Editora, 2001. (Coleção Questões de Nossa Época; v.23)

MILANEZ, F. et al. Existência e Diferença: O Racismo Contra os Povos Indígenas. In: **Rev. Direito Práx.** Rio de Janeiro, Vol. 10, N. 03, 2019 p. 2161-2181, ISSN: 2179-8966. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2179-8966/2019/43886>> Acesso em: 02/10/2021.

MIRANDA, A. P T. PASTANA, J. J. R. FERRO, S. J. P. A aplicabilidade da Lei 11.645/08 dentro das práticas pedagógicas. **Anais do III Encontro de Discentes de História da UNIFAP**. Macapá – AP. Agosto de 2017.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da Terra**: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

MUNDURUKU, Daniel. **A raiva de ser índio** .2017. Disponível em: <<https://www.xapuri.info/cultura/daniel-munduruku-indio/>> Acesso em: 02/02/2022.

PINHEIRO, Gisele Aparecida, NASCIMENTO, Ronélia do. Alunos indígenas no contexto escolar urbano: encontros e desencontros. **RCC**, Juara/MT/Brasil, v. 1, n. 1, p. 69-83, jul./dez. 2016 Disponível em: <<file:///C:/Users/USUARIO/Downloads/biblioteca,+8-Gisele+69-83.pdf>> Acesso em: 09/10/2021

RUSSO, K. PALADINO, M. Reflexões sobre a lei 11.645/08 e a inclusão da temática indígena na escola. **Revista Fórum Identidades**. Itabaiana, v. 16. 2014

RUSSO, Kelly e PALADINO, Mariana. A lei n. 11.645 e a visão dos professores do rio de janeiro sobre a temática indígena na escola. Rio de Janeiro - RJ, **Revista Brasileira de Educação**, v. 21 n. 67 out.-dez. 2016

SÀ, W.S.M de. **A presença do negro no livro didático de história do ensino fundamental**: uma primeira análise. 2010. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Formação de Professores.